



Ata nº 006 da Sessão Ordinária nº 006, de 30 de janeiro de 2014.

Às nove horas do dia trinta de janeiro de dois mil e quatorze, na sede do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, na Sala das Sessões, Auditório "Governador Alacid da Silva Nunes", sob a Presidência do Conselheiro **JOSÉ CARLOS ARAÚJO**; presentes os Conselheiros, **DANIEL LAVAREDA, MARA LÚCIA, ANTÔNIO JOSÉ** e do Conselheiro substituto **SÉRGIO DANTAS**, convocado nos termos da Portaria nº 1587/2013; ausência justificada dos Conselheiros **ALOÍSIO CHAVES** e **CEZAR COLARES**; presença da Procuradora - Chefe do Ministério Público de Contas, **ELIZABETH SALAME DA SILVA**, reuniu-se o Egrégio Colegiado do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em Sessão Ordinária realizada nos termos do artigo 24 do Regimento Interno desta Corte. Convocados o Auditor Alexandre Cunha e a Auditora Adriana Oliveira para apresentar proposta de decisão, nos termos do artigo 72, III, "c" do Regimento Interno do TCM. A seguir, a Presidência deu início a Sessão, momento em que assim se manifestou: *"havendo quorum, declaro aberta a presente Sessão. Inspirai, Senhor, nossos atos neste Plenário, para que possamos decidir sempre com justiça, equilíbrio e sabedoria"*. Houve votação e aprovação da Ata da Sessão nº 002/14. Em sequência, apresentada a **PAUTA DE JULGAMENTOS**, momento em que foram anunciados os processos. **Processo nº 063972008-00; Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Altamira - ALTAPREV**; Prestação de Contas – 2008; Responsável Garcindo Martins Pereira; Instrução Controladoria de Santarém; Ministério Público Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator - Conselheiro Substituto Sérgio Franco Dantas; **Publicado no DOE nº 32.570, de 27.01.2014**. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação das contas, com a expedição do Alvará de Quitação pelas despesas ordenadas. **Processo nº 432302010-00; Fundo Municipal de Educação de Maracanã**; Prestação de Contas – Anuais de Gestão - 2010; Responsável Gérson Gomes Pinheiro; Instrução 4ª Controladoria; Ministério Público Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro Antonio José Guimarães; **Publicado no DOE nº 32.570, de 27.01.2014**. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela não aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela não aprovação das contas do Fundo Municipal de Educação de Maracanã, exercício de 2010, com recolhimento aos Cofres do Município, no prazo de quinze (15 dias), devidamente atualizadas, das seguintes quantias: R\$-50.000,00 (cinquenta mil reais), referente ao lançamento à conta "Agente Ordenador", e R\$-456.163,26 (quatrocentos e cinquenta e seis mil, cento e sessenta e três reais e vinte e seis centavos), por despesas não comprovadas; ao FUMREAP, aplicação de multa no valor de R\$-20.000,00 (vinte mil reais), no mesmo prazo, pela realização de despesas sem o devido processo licitatório, na forma do art. 120-A, II, do RI/TCM/PA; cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. **Processo nº 1220032004-00; Fundo Municipal de Assistência Social de Santa Bárbara do Pará**; Prestação de Contas – 2004; Responsável Marise Andréa Barbosa Colares; Instrução Leonardo Macieira e 7ª Controladoria; Ministério Público Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Auditor Convocado José Alexandre Cunha Pessoa; **Publicado no DOE nº 32.570, de 27.01.2014**. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Relator apresentou sua **Proposta de Decisão**: *"pela aprovação das contas, com ressalva, do Fundo Municipal de Assistência Social de Santa Bárbara do Pará, exercício de 2004, de responsabilidade da Sra. Marise Andréa Barbosa Colares, sem prejuízo do recolhimento de multa ao FUMREAP, com fulcro no art. 57, inciso II, da Lei Complementar nº 025/94, no valor de R\$-300,00 (trezentos reais), pela remessa intempestiva da prestação de contas quadrimestral,*



43 inobservando a IN 003/2003/TCM". **Em votação:** o Conselheiro Daniel Lavareda, o Conselheiro Antonio José,
44 Conselheiro José Carlos Araújo e o Conselheiro Substituto Sérgio Dantas. A Conselheira Mara Lúcia
45 acompanhou o Relator, com a exclusão da multa ao FUMREAP. A Presidência proclamou a **Decisão:** O
46 Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação das contas, com ressalva, do Fundo Municipal de
47 Assistência Social de Santa Bárbara do Pará, exercício de 2004, de responsabilidade da Sra. Marise Andréa
48 Barbosa Colares, **por maioria**, com recolhimento de multa ao FUMREAP, com fulcro no art. 57, inciso II, da
49 Lei Complementar nº 025/94, no valor de R\$-300,00 (trezentos reais), pela remessa intempestiva da prestação
50 de contas quadrimestral, inobservando a IN nº 003/2003/TCM. Vencida a Conselheira Mara Lúcia quanto a
51 exclusão da multa ao FUMREAP. **Processo nº 922222007-00 – 200805013-00; Serviço Autônomo de**
52 **Água e Esgoto do Município de Dom Eliseu – SAAE; Prestação de Contas – 2007; Responsável Ildemar**
53 **Silva de Oliveira; Instrução 1ª Controladoria; Ministério Público Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator -**
54 **Conselheiro Substituto Sérgio Franco Dantas; Publicado no DOE nº 32.570, de 27.01.2014.** Cumprindo
55 dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela não
56 aprovação das contas, com aplicação de multa. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator
57 proferiu seu **VOTO:** "*pela aprovação das presentes contas, com ressalva, devendo ser expedido o competente Alvará de*
58 *Quitação ao Sr. Ildemar Silva de Oliveira, Ordenador das despesas, após o recolhimento ao FUMREAP da multa de R\$-*
59 *250,00 (duzentos e cinquenta reais), face a inobservância do regime de competência da despesa prevista no art. 50, II da*
60 *LRF*". **Em votação:** o Conselheiro Daniel Lavareda, o Conselheiro Antonio José e o Conselheiro José Carlos
61 Araújo acompanharam o Relator, na íntegra. A Conselheira Mara Lúcia acompanhou o Relator, com a exclusão
62 da multa ao FUMREAP. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela
63 aprovação das contas, com ressalva, **por maioria**, com o recolhimento ao FUMREAP da multa de R\$-250,00
64 (duzentos e cinquenta reais), face a inobservância do regime de competência da despesa prevista no art. 50,
65 II da LRF. Vencida a Conselheira Mara Lúcia quanto a exclusão da multa ao FUMREAP. **Processo nº**
66 **201215636-00; Prefeitura Municipal de Santana do Araguaia; Recurso de Revisão contra decisão**
67 **objeto da Resolução nº 9.211/08/TCM de 21.10.08 (Prestação de Contas de 2000); Responsável Wagner**
68 **Pereira da Silva; Instrução: 4ª Controladoria; Ministério Público Procuradora - Chefe Elisabeth Salame da Silva;**
69 **Relator - Conselheiro Antonio José Guimarães; Publicado no DOE nº 32.570, de 27.01.2014.** Cumprindo
70 dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo
71 conhecimento e provimento parcial do Recurso. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator
72 proferiu seu **VOTO:** "*pelo conhecimento e provimento do Recurso, no sentido de modificar a decisão exarada por meio*
73 *da Resolução nº 9.211/2008/TCM, de 21/10/2008, no sentido de excluir os recolhimentos imputados, ante a legitimidade*
74 *da despesa, e emitir parecer prévio favorável à aprovação das contas, com ressalva, da Prefeitura Municipal de Santana do*
75 *Araguaia, exercício de 2000, mantida a multa de R\$-4.000,00 (quatro mil reais), sob a responsabilidade de WAGNER*
76 *PEREIRA DA SILVA, a quem deve ser entregue Alvará de Quitação no valor de R\$-3.874.105,64 (três milhões, oitocentos e*
77 *setenta e quatro mil, cento e cinco reais e sessenta e quatro centavos)*". **Em votação:** o Conselheiro Daniel
78 Lavareda, o Conselheiro José Carlos Araújo e o Conselheiro substituto Sérgio Dantas acompanharam o Relator,
79 na íntegra. A Conselheira Mara Lúcia acompanhou o Relator, com a exclusão da multa. A Presidência
80 proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo conhecimento e provimento do Recurso, no
81 sentido de modificar a decisão exarada por meio da Resolução nº 9.211/2008/TCM, de 21/10/2008, pela
82 emissão de parecer prévio favorável a aprovação das contas, com ressalva, com a exclusão dos recolhimentos
83 imputados, ante a legitimidade da despesa. **Por maioria**, com a manutenção da multa de R\$-4.000,00
84 (quatro mil reais). Vencida a Conselheira Mara Lúcia quanto a exclusão da multa. **Processo nº 110012002-**
85 **00 – 200307963-00; Prefeitura Municipal de Bagre; Recurso de Reconsideração contra a decisão da**
86 **Resolução Nº 9.898/2010; (Prestação de Contas de 2002); Responsável Pedro Corrêa Santa Maria; Instrução**



2ª Controladoria; Ministério Público Procuradora Maria Regina da Cunha; Relatora - Auditora Adriana Oliveira; **Publicado no DOE nº 32.570, de 27.01.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo conhecimento e não provimento do Recurso. A matéria foi colocada **em discussão**. A Relatora apresentou sua **Proposta de Decisão**: "*pelo conhecimento e não provimento do Recurso, para manter inalterados os termos da decisão recorrida que recomendou à Câmara Municipal a não aprovação das contas prestadas pelo Prefeito do Município*". **Em votação**: o Conselheiro Daniel Lavareda, o Conselheiro Antonio José, o Conselheiro substituto Sérgio Dantas e o Conselheiro José Carlos Araújo acompanharam a Proposta de Decisão apresentada, na íntegra. A Conselheira Mara Lúcia acompanhou a Proposta de Decisão quanto ao conhecimento do Recurso, porém divergiu quanto ao mérito e votou pelo seu provimento parcial, modificando a decisão para a não aprovação das contas, com o afastamento das multas anteriormente aplicadas. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo conhecimento e, **por maioria**, pelo não provimento do Recurso, para manter inalterados os termos da decisão recorrida que recomendou à Câmara Municipal a não aprovação das contas prestadas pelo Prefeito do Município. Vencida a Conselheira Mara Lúcia que votou pelo provimento parcial do Recurso, modificando a decisão para a não aprovação das contas, com o afastamento das multas anteriormente aplicadas através da Resolução nº 9.898/2010. **Processo nº 201201621-00; Câmara Municipal de Porto de Moz; Denúncia – 2009; Recursos do FUNDEB; Responsável Vereador Ivanildo de Lima Pontes - Presidente da Câmara; Denunciado Rosibergue Torres Campos - Prefeito Municipal; Instrução 4ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator - Conselheiro Antonio José Guimarães.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela juntada dos autos à prestação de contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela juntada dos autos à prestação de contas correspondente, para análise dos achados levantados pela CPI, na aplicação dos recursos do FUNDEB. **Processo nº 200804605-00; Sociedade Civil Beneficente e Cooperativista Cristo Redentor; Prestação de Contas de Convênio Nº 006/2008, firmado com a SEMEC; Responsável Estela Helena Bacellar Cruz; Instrução 1ª Controladoria; Ministério Público Procuradora - Chefe Elisabeth Salame da Silva; Relator - Conselheiro Substituto Sérgio Franco Dantas; Publicado no DOE nº 32.570, de 27.01.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação das contas do Convênio nº 006/2008, firmado com a SEMEC, com a expedição do Alvará de Quitação no valor de R\$-60.600,00 (sessenta mil e seiscentos reais). **Processo nº 201306075-00 – 201315101-00; Instituto de Previdência do Município de Abaetetuba; Aposentadoria - Portaria nº 075/2013, de 19.09.2013; Interessada Raimunda de Jesus Amaral Baia; Ministério Público Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro Substituto Sérgio Franco Dantas.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato. **Processo nº 2011116599-00; Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Ananindeua; Aposentadoria - Portaria nº 115, de 30.09.2011; Interessada Maria Regina da Silva Dias; Ministério Público Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro Substituto Sérgio Franco Dantas.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato. **Processo nº 201300328-00; Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Muaná; Aposentadoria - Portaria nº 031,**



de 26.12.2012; Interessada Maria do Socorro Machado Brabo; Ministério Público Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator - Conselheiro Substituto Sérgio Franco Dantas. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, à **unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato. **Processo nº 201009237-00; PMB/SEMEC; Contrato de Prestação de Serviços nº 065/2010; Interessado Luiz Nunes Santana da Silva; Ministério Público: Procuradora – Chefe Elisabeth Salame da Silva; Relator - Auditor Convocado José Alexandre Cunha Pessoa**. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela negativa de cadastramento do Ato, com a juntada dos autos à prestação de contas respectiva. A matéria foi colocada **em discussão**. O Relator apresentou sua **proposta de Decisão**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, à **unanimidade**, decidiu pelo cadastramento do Ato. **Processo nº 201120393-00; Câmara Municipal de Bragança; Subsídio - Resoluções nºs 462/11 e 463/11, que reajusta Remuneração de Servidores e Vereadores; Interessado Pedro da Silva Neto; Ministério Público Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro Antonio José Guimarães**. Retirado de Pauta. **Processo nº 200716316-00; Academia Paraense de Letras; Convênio nº 012/2007, celebrado com o Gabinete do Prefeito de Belém; Responsável Édson Raymundo Pinheiro de Souza Franco; Instrução 3ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina da Cunha; Relatora - Conselheira Mara Lúcia**. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, à **unanimidade**, decidiu pela aprovação das contas prestadas pelo Senhor Édson Raymundo Pinheiro de Souza Franco, relativamente ao emprego da importância de R\$-5.000,00 (cinco mil reais), recebidos através do Convênio nº 012/2007 (fls. 85/91), com a expedição do Alvará de Quitação. **Processo nº 2010013515-00; Escola Comunitária do Bairro do Tapanã; Convênio nº 021/2010, celebrado com a Fundação Papa João XXIII; Responsável Maria do Socorro Pacheco de Souza; Instrução 3ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina da Cunha; Relatora - Conselheira Mara Lúcia**. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, à **unanimidade**, decidiu pela aprovação das contas prestadas por Maria do Socorro Pacheco de Souza, relativamente ao emprego da importância de R\$-70.350,00 (setenta mil, trezentos e cinquenta reais), recebidos da Prefeitura Municipal de Belém, através da Fundação Papa João XXIII - FUNPAPA, nos termos do Convênio n.º 021/2010 - PMB (fls. 02/06), com a expedição do competente Alvará de Quitação. Em seguida, a Conselheira Mara Lúcia assumiu a Presidência da Sessão. Houve a inversão de pauta, com o julgamento do processo de nº 13: **Processo nº 20126097-00; PMB/SEMEC; Contrato nº 21/2012, Referente a locação de imóvel; Responsável Ana Maria Rocha da Silva; Ministério Público: Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator - Conselheiro José Carlos Araújo**. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela negativa de cadastramento do Contrato, com a juntada à prestação de contas para análise conjunta. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, à **unanimidade**, decidiu pela negativa de cadastramento do Contrato, com a juntada à prestação de contas para análise conjunta. **MATÉRIA ADMINISTRATIVA. DISTRIBUIÇÃO DE PROCESSOS. Relatora - Auditora Substituta Márcia Costa**: 1) Processo nº 93982002-00; Fundo Municipal de Educação de Augusto Corrêa; Prestação de contas de 2002. 2) Processo nº 201111072-00; Instituto de Previdência do Município de Afuá; Aposentadoria de Osmarina Chagas de Lima. 3) Processo nº 201312911-00; Instituto de Previdência do Município de Abaetetuba; Aposentadoria de Dulcinéa Damasceno Espíndola. 4) Processo nº 201208354-00 (II



175 vls); Câmara Municipal de Salinópolis; Contratos temporários de José Luiz Maia Dias e outros. 5) Processo nº
176 201220531-00 (XII vls); Secretaria Municipal de Saúde de Ananindeua; Contratos temporários de Maria
177 Gabriela Silva Ferreira e outros. 6) Processo nº 201304662-00 (III vls); Secretaria Municipal de Saúde de
178 Ananindeua; Contratos Temporários de Ercília Braga da Costa e outros. Relatora - Auditora Substituta Adriana
179 Oliveira; 1) Processo nº 9300120001-00; Prefeitura Municipal de Garrafão do Norte; Prestação de Contas de
180 2001. 2) Processo nº 540012002-00 (IV vls); Prefeitura Municipal de Ourém; Prestação de Contas de 2002. 3)
181 Processo nº 1232022008-00; Fundo Municipal de Assistência Social de Santa Luzia do Pará; Prestação de
182 Contas de 2002. 4) Processo nº 200811628-00 (II vls); Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Tauá;
183 Recurso de Reconsideração referente ao Processo nº 200005585-00, do exercício financeiro de 1999. 5)
184 Processo nº 201010357-00; Prefeitura Municipal de Óbidos; Recurso de Reconsideração referente ao Processo
185 nº 510012003-00, do exercício financeiro de 2003. 6) Processo nº 201119124-00 (III vls); Prefeitura Municipal
186 de São Francisco do Pará; Recurso de reconsideração referente ao Processo nº 770012003-00, do exercício
187 financeiro de 2003. 7) Processo nº 201209128-00 (II vls); Fundo Municipal de Saúde de Ponta de Pedras;
188 Recurso de revisão referente ao Processo nº 572042002-00, do exercício financeiro de 2002. 8) Processo nº
189 201203270-00; Instituto de Previdência do Município de São Caetano de Odivelas; Recurso de reconsideração
190 referente ao Processo nº 744142002-00, do exercício financeiro de 2002. 9) Processo nº 201202738-00;
191 Fundação Escola Bosque Professor Eidorfe Moreira; Contratos temporários de Michel Bruno Rocha Gonçalves e
192 outros. 10) Processo nº 201305283-00; Fundação Escola Bosque Professor Eidorfe Moreira; Contratos
193 Temporários de Alberto João Sarmiento e outros. 11) Processo nº 200610416-00; Fundação Cultural de Belém
194 – FUMBEL; Convênio nº 60/2006, firmado com “SCENA filmes Ltda”. **PALAVRA DOS CONSELHEIROS e**
195 **MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO. ENCERRADA** a presente Sessão, às dez horas e três minutos da
196 qual foi lavrada a presente Ata.
197 Secretaria Geral do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em trinta de janeiro de dois mil e
198 quatorze.

Visto:

Robson Figueiredo do Carmo
Secretário Geral

Conselheiro Presidente **José Carlos Araújo**
Presidente da Sessão

Conselheira Vice - Presidente **Mara Lúcia**
Presidente da Sessão